



**PROVA SUBJETIVA**

**GRUPO I - CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO**

**PRIMEIRA PARTE**

**Dissertação**

A convivência no direito constitucional brasileiro ente os sistemas de controle jurisdicional de constitucionalidade difuso e normativo abstrato.

**SEGUNDA PARTE**

**Questões**

1. O que significam os princípios constitucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional do Ministério Público ?
2. O sigilo fiscal e o sigilo bancário estão constitucionalmente protegidos ? Por que ? Que autoridades e em que condições podem ter acesso a tais informações sigilosas ?
3. Distinga motivo e motivação do ato administrativo, indicando e explicando, sucintamente, quais são os requisitos e a razão de ser da motivação.
4. Defina concessão de serviço público, indicando e explicando, sucintamente, suas principais características e o que a diferencia da permissão de serviço público.
5. Evasão e sonegação fiscal. Conceito e distinção.
6. Hipótese de incidência e fato gerador. Prescrição : elementos que integram o seu conceito.



## PROVA SUBJETIVA

### GRUPO II - ECONÔMICO, CIVIL PROCESSUAL CIVIL

#### PRIMEIRA PARTE

##### Petição inicial ou parecer

Consideradas as informações abaixo, como Procurador da República no município de **Certa**, situado no Estado de São Paulo e que sedia Vara da Justiça Federal, **elabore a petição inicial da ação cabível** que, além de observar os requisitos formais exigidos por lei, **deve conter específica fundamentação** sobre a legitimidade do Ministério Público e o respectivo ramo com atribuições pertinentes na hipótese, a definição do juízo competente para prestar a tutela jurisdicional, a escolha da via processual adotada, a qualificação jurídica da pretensão que deve ser tutelada e a opção pelos pedidos formulados, **ou, se entender que não cabe o ajuizamento de ação, apresente parecer justificando o seu entendimento e abordando todas as questões indicadas.**

“João da Silva, residente e domiciliado no município e comarca de **Alfa**, localizado no estado de São Paulo e que se encontra entre aqueles incluídos na área abrangida pela competência da Vara Federal existente no município de **Certa**, noticiou ao Ministério Público Federal estar a empresa pública federal **Beta**, sediada no município de **Alfa** e que se dedica à exploração e comercialização do mineral **PTC**, poluindo as águas do rio **Gama**, que banha diversos municípios dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com o lançamento diário no referido rio dos resíduos de substâncias químicas utilizadas na limpeza do mineral **PTC**, o que tem provocado a morte de diversos espécimes da fauna fluvial e manifestações alérgicas em pessoas que moram nas cidades ribeirinhas dos dois estados, que se utilizam da água do referido rio.

Instaurado o inquérito civil público, resultou das informações técnicas obtidas durante a sua instrução que a morte dos espécimes da fauna fluvial, assim como as manifestações alérgicas verificadas nas pessoas que moram nas cidades ribeirinhas, são provocadas pela ingestão da substância **xy2** que é encontrada nas águas do rio **Gama** desde o local onde se encontra instalada há seis meses a unidade industrial da empresa **Beta** até a sua foz. A substância **xy2** é resíduo do produto químico **xyt4**, que é utilizado pela empresa **Beta**.

Os técnicos que prestaram assessoria durante o inquérito civil também constataram que o lançamento da substância **xy2** nas águas do rio **Gama** pode ser evitado, desde que a empresa utilize filtros especiais nas tubulações que conduzem até o rio as águas já utilizadas pela mineradora na limpeza do mineral **PTC**.

Além do que resultou dos exames periciais, os depoimentos das testemunhas José Pereira, Carlos Santos e Eduardo Fontes, também residentes no município de **Alfa**, confirmaram os fatos descritos na representação oferecida ao Ministério Público Federal, estando concluído o inquérito civil público.”

\* ( A situação descrita, os nomes dos municípios, das pessoas, da empresa, do rio, do mineral, do produto químico e do seu resíduo são fictícios)

## SEGUNDA PARTE

### Questões

1. Direito Econômico. Conceito. Objeto. Tratamento tutela do consumidor nas relações de consumo.
2. Concentração econômica. Monopólios privados. Oligopólios, trustes e cartéis.
3. Conceitue a novação e explique os seus requisitos essenciais, as suas espécies e os seus efeitos.
4. Conceitue o usufruto e o fideicomisso e revele as diferenças estruturais e funcionais entre o usufruto testamentário e o fideicomisso.
5. Explique os requisitos materiais para o exercício da exceção de contrato não cumprido e manifeste-se sobre a eficácia processual da referida exceção.
6. O que são a causa de pedir e o pedido como requisitos da petição inicial e qual a importância de cada um no processo civil ?



## PROVA SUBJETIVA

### GRUPO III – ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

#### PRIMEIRA PARTE

##### Parecer sobre situação-problema

**J e Z** foram absolvidos de acusação por tráfico ilícito de drogas, que também pugnava pelo reconhecimento da situação estável nesta atividade, tanto que buscava a Promotoria de Justiça a Incidência do artigo 14 da Lei nº 6.368/76. No findar o prazo recursal, sabendo-se que novo Promotor de Justiça, que acabara de assumir a titularidade persecutória no município, não sede de Vara Federal - e o evento era caracterizadamente de tráfico internacional de drogas -, desidioso, não recorreria, fê-lo o Procurador da República lotado na capital do Estado-membro, pugnando pela incidência dos artigos 12 e 14. Em contra-razões, a defesa de **J e Z** sustenta: **a)** a ilegitimidade recursal do membro do Ministério Público Federal, por violação do princípio do Promotor Natural; **b)** a revogação do artigo 14 pelo artigo 8º da Lei nº 8.072/90, resolvendose a questão de direito intertemporal pela prevalência da lei posterior.

**Enuncie seu parecer.**

#### SEGUNDA PARTE

##### Questões

1. Que são inelegibilidades e como se classificam? Confundem-se com perda de direitos políticos ou condições de elegibilidade? Por que?
2. O que significa autonomia dos Partidos Políticos? Decisões partidárias estão sujeitas a controle judicial pela Justiça Eleitoral em alguma hipótese? Por que?

**J** foi condenado a 25 anos de reclusão porque reconhecido, pelo Tribunal do Júri, que consumara homicídio qualificado em relação a **G**, recebendo a pena de 18 anos; e homicídio tentado em relação a **Y**, recebendo pena de 7 anos, em concurso material. Passada em julgado tal decisão **J** ajuíza revisão criminal que, deferida, reduz a sanção de **J** para 15 anos, pelo homicídio qualificado, e a 6 anos para o tentado, proclamada a continuidade delitiva. **J** peticionou por novo Júri, em protesto formalizado ante o MM. Juízo Presidente do Tribunal do Júri, que lhe indeferiu a pretensão ao fundamento de que :

- a) a competência para exame do pedido era do Colegiado que apreciou a revisão;
- b) não caber protesto por novo Júri quando a pena é aplicada em grau revisional;
- c) ser impossível o reconhecimento da continuidade delitiva em crimes contra a vida; e
- d) no caso não existir autorização judicial ao protesto por novo Júri, visto que sendo a continuidade delitiva mera *fitctio iuris*, na verdade 2(duas) são as infrações perpetradas e as penas não podem ser somadas ao propósito de protesto por novo Júri, situação, então, bem diversa do concurso formal homogêneo.

3. Comente, motivadamente, os **fundamentos processuais penais** da decisão judicial (**alíneas a e b**).

4. Comente, motivadamente, os **fundamentos penais** da decisão judicial (**alíneas c e d**).

Lê-se em motivação de decidir, em instante de pronúncia :

*"Em verdade, admitindo-se o fato de ter o acusado eletrificado uma gambiarra para iluminar, durante a noite, o serviço que fazia na laje de sua casa, e mesmo como obstáculo a possível agressão patrimonial, ateu-se com bastante imprudência, sabedor que era da possibilidade de acontecer o que efetivamente ocorreu: morte de um adolescente nas primeiras horas da noite".*

A conclusão do *decisum* marca o dolo, propiciando o julgamento pelo júri.

### **Indaga-se:**

- 5. A conduta do acusado identifica que figura, no campo do direito penal, e qual é a sua natureza jurídica ? Justifique.
- 6. Presente o texto de motivação única no decidir, como acima transcrito, qual a via processual adequada a seu questionamento e qual o fundamento jurídico plausível que tal via propiciaria deduzir ?

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
SECRETARIA DO CONCURSO**

**Brasília, março de 1998**